



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA - 17ª BDA INF SL
54º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(1º BIS/1969)
BATALHÃO CACIQUE AJURICABA**

**CHAMADA PÚBLICA nº 01/2020
(Processo Administrativo nº 64122.007807/2020-21)**

CONTRATO N.º 01 /2021 – PAA

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

A União por intermédio do 54º Batalhão de Infantaria de Selva (54º BIS), pessoa jurídica de direito público, com sede à com sede à **BR 319, Km 09, Zona Rural, Humaitá-AM, CEP 69800-000**, inscrita no CNPJ sob o nº 09.535.729/0001-37, representado neste ato pelo Cel **MARLON GALDINO DA SILVA**, Ordenador de Despesas, inscrito no CPF nº 180.782.828-00, portador da Carteira de Identidade nº 127540353-1 MD/EB, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado o Sra. **ALINE DE SOUZA VELASCO**, residente na Comunidade São Miguel, Zona Rural, Humaitá -AM , inscrito no CPF sob o nº 701.629.862-03 , doravante denominado CONTRATADA, em observância a Lei 8.666/93, a Lei 12.512/2011, a Resolução do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos PAA nº 84/2020, **as Resoluções números 56, de 14 de fevereiro de 2013, nº 64, de 20 de novembro de 2013, e nº 73, de 26 de outubro de 2015**, e o que consta na Chamada Pública nº 01/2020, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: É objeto desta contratação a AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, com dispensa de licitação, modalidade Compra Institucional, para atendimento da demanda de alimentação da tropa do 54º BIS, durante o período de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do Termo de Contrato ou até ser atingido o limite de valor de fornecimento estabelecido pela legislação e/ou proposta apresentada.

1.1 Os itens e quantidades a serem contratados são os seguintes:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTDE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2	Abóbora in natura tipo Cabotia	Kg	60	R\$ 4,00	R\$ 240,00
3	Alface Crespa in natura hidropônica, maço acima de 300 gr.	Maço	250	R\$ 4,00	R\$ 1.000,00
4	Banana Prata in natura	Kg	200	R\$ 5,00	R\$ 1.000,00
7	Cheiro Verde in natura, composto de	Maço	220	R\$ 3,00	R\$ 660,00

	coentro e cebolinha, maço acima de 60 gr.				
8	Couve in natura, maço acima de 200 gr.	Maço	150	R\$ 3,00	R\$ 450,00
9	Laranja in natura tipo pêra de 1ª qualidade	Kg	250	R\$ 13,00	R\$ 3.250,00
10	Limão in natura tipo taiti	Kg	60	R\$ 6,00	R\$ 360,00
12	Mamão Papaia in natura	Kg	100	R\$ 7,50	R\$ 750,00
13	Melancia Redonda in natura	Kg	150	R\$ 3,50	R\$ 525,00
14	Mel de Abelha in natura	Litro	15	R\$ 78,00	R\$ 1.170,00
15	Ovo de galinha, Branco, tipo extra, tamanho grande.	Dúzia	80	R\$ 7,00	R\$ 480,00
17	Peixe Tambaqui in natura com cabeça, com escama, fresco e sem vísceras.	Kg	50	R\$ 18,50	R\$ 925,00
18	Pimenta de cheiro in natura	Kg	70	R\$ 26,00	R\$ 1.820,00
VALOR TOTAL					R\$ 12.630,00

1.2 O Edital da Chamada Pública nº 1/2020, integra este contrato, independente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA: O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da agricultura familiar ao CONTRATANTE nas condições estipuladas no Edital e na proposta de venda.

CLÁUSULA TERCEIRA:

3.1 O limite individual de venda do agricultor familiar é de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), por ano civil, por órgão comprador, referente à sua produção, conforme a legislação do PAA, modalidade Compra Institucional.

3.2 O limite de venda por organização fornecedora é de até R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) por DAP, por ano civil, por órgão comprador, referente à sua produção, conforme a legislação do PAA, modalidade Compra Institucional.

CLÁUSULA QUARTA: As despesas Decorrentes desta contratação estão programadas em dotação própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2021, na seguinte classificação:

PTRES: 187745

NATUREZA DA DESPESA: 339030

FONTE DOS RECURSOS: 0144000000

PI: E6SUPLJA1QR

ÓRGÃO PROVISIONADOR: UG EMITENTE: 160504 – COMANDO LOGISTICO - GESTOR

CLÁUSULA QUINTA:

5.1 A periodicidade da entrega será mediante pedidos ocasionais, de acordo com o contratado, o início dar-se-á mediante emissão da nota de empenho, sendo que a primeira

entrega deverá ser realizada imediatamente após conhecimento, do Contratado, da referida nota;

5.2 Os gêneros serão entregues diretamente ao Setor de Aprovisionamento do 54º Batalhão de Infantaria de Selva, sito a **BR 319, Km 09, Zona Rural, Humaitá-AM, CEP 69800-000**, acompanhado da documentação fiscal correspondente.

5.3 O recebimento dos alimentos dar-se-á mediante apresentação das Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela entrega daqueles, no local previamente ajustado.

CLÁUSULA SEXTA:

6.1 Pelo fornecimento dos alimentos o CONTRATADO receberá a contrapartida financeira no valor total de R\$ 65.094,31 (sessenta e cinco mil e noventa e quatro reais e trinta e um centavos), de acordo com os quantitativos e valores previstos no Edital;

6.2 No valor mencionado estão incluídas as despesas de frete, recursos humanos e materiais, encargos sociais, comercial, trabalhistas, previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: O preço contratado é fixo e irrevogável.

CLÁUSULA OITAVA:

8.2 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do Art 24 da Lei 8.666/93, sem prejuízo do que dispõe seu parágrafo único, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data da apresentação da nota fiscal, nos termos do Art 5º, § 3º, da Lei nº 8.666/93.

8.3 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

CLÁUSULA NONA:

9.1 O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos no item 5.3, da cláusula quinta, e, após a tramitação do processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

9.2 Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

9.3 SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

9.3.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública;

9.3.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.3.3 Comunicar ao CONTRATADO, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

9.3.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada;

9.3.5 Efetuar o pagamento ao CONTRATADO no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital.

9.4 SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

9.4.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes do Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

9.4.2 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado do respectivo documento fiscal;

9.4.3 Substituir ou complementar às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência, os gêneros alimentícios que estiverem em desacordo com o contratado;

9.4.4 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.4.5 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Chamada Pública;

9.2.6 Indicar preposto, se for o caso, para representá-la durante a execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA:

10.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei n.º 8.666, de 1993, e da Lei n.º 10.520, de 2002, o CONTRATADO que:

a) Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

b) Ensejar o retardamento da execução do objeto;

c) Fraudar na execução do contrato;

d) Comportar-se de modo inidôneo;

e) Cometer fraude fiscal;

f) Não mantiver a proposta.

10.2 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666/93, a contratada que inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação, sujeitando-se às seguintes sanções:

10.2.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a contratante;

10.2.2 multa moratória de 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, limitada esta ao fornecimento não efetuado até o limite de 5 (cinco) dias;

10.2.3 multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

10.2.4 em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

10.2.5 suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade

ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

10.2.6 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

10.3 Também ficam sujeitas às penalidades dos incisos III e IV do art. 87 da Lei n.º 8.666, de 1993, o CONTRATADO que:

a) Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

c) Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666, de 1993.

10.5 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

11.1 É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização efetuada pelo CONTRATANTE.

11.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:

12.1 O CONTRATADO deverá guardar, pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congêneres, dos produtos participantes da Proposta de Venda de Alimentos da Agricultura Familiar, as quais ficarão à disposição para comprovação.

12.2 O CONTRATANTE se compromete em guardar, pelo prazo de 5 (cinco) anos, as Notas Fiscais de Compra apresentadas nas prestações de contas, bem como a Proposta de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, as quais ficarão à disposição para comprovação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do órgão responsável pela compra;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: O presente contrato rege-se pela legislação citada em seu preâmbulo, a qual é aplicada em todos os seus termos, bem como em particularidades onde o contrato for omissivo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: O presente Termo de Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais, podendo ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei n.º 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se ao CONTRATADO o direito à prévia e ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: A contratada reconhece os direitos da Contratante em caso de rescisão administrativa prevista no Art 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: O presente Contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 12 (doze) meses.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: É dever do contratado informar ao Poder Executivo Federal, por meio de instrumento eletrônico que lhes será disponibilizado, o valor das vendas anuais e a origem da produção comercializada, ao menos uma vez por ano, sob pena de suspensão do acesso ao PAA.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: competente o Foro da Seção Judiciária do Estado do Amazonas – Humaitá - AM, para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E assim por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em duas vias de igual forma e teor, na presença de duas testemunhas.

Humaitá – AM, ____ de _____ de 2021.

MARLON GALDINO DA SILVA – Cel
Ordenador de Despesas do 54º BIS

ALINE DE SOUZA VELASCO
CONTRATADA

Testemunhas:

ROBERTO MACHADO PEREIRA – 1ºSgt

GABRIEL GORSKI IVANISKI – 2º Sgt